

O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO E O INVESTIMENTO PÚBLICO NAS REGIÕES

Elias Guilherme Ricardo
Ana Márcia Rodrigues
Áureo Leandro Haag

INTRODUÇÃO

Este artigo busca apresentar o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os possíveis impactos sobre as regiões com a realização dos investimentos em infra-estrutura. As medidas de ampliação ao crédito, incentivos fiscais, melhoria na qualidade do gasto público e melhoria da gestão governamental, embora importantes, ultrapassam o escopo deste trabalho. Considerando-o como instrumento de ação, resultante de um planejamento e de uma política pública governamental que busca dinamizar e reduzir as desigualdades entre as regiões. Na primeira parte mostra-se de maneira sucinta a importância do estudo da Região para o crescimento e desenvolvimento econômico do País como um todo; na segunda retomam-se os aspectos da importância da intervenção do Estado, através do planejamento, políticas e investimentos públicos; na terceira parte, o trabalho descreve o PAC, sua distribuição de investimentos por regiões e por setores econômicos. Na seqüência apresentam-se as considerações finais.

2 A IMPORTÂNCIA DA REGIÃO PARA A ANÁLISE ECONÔMICA

A análise das teorias econômicas gerais enfatiza os problemas das distâncias, custo de transporte, localização, enquanto teorias econômicas espaciais/regionais estão atualmente relacionadas às questões estruturais da organização capitalista de produção: a concentração industrial, a centralização do capital, a concentração e aglomeração geográfica das atividades, desigualdades na distribuição regional de renda e da riqueza, marginalização crescente de segmentos sociais, a concorrência intercapitalista e o progresso tecnológico como forma de dominação, etc. (FERREIRA, 1989)

a teoria econômica espacial inclui nas discussões puramente locais, outras que Raymond Barre chama de "estruturas de enquadramento" e François Perroux de "instituições": regras de conduta do jogo político, hábitos e gostos dos consumidores, comportamento da elite intelectual e financeira, padrões de governo, atitudes da comunidade, costumes, religião, legislação, organização comunitária e operária, etc (FERREIRA, 1989, p. 46-47).

Esses aspectos são fundamentais para o planejamento regional, implementação de políticas públicas e avaliação dos impactos regionais das políticas macroeconômicas.

A Economia Espacial/Regional fornece elementos substanciais para a compreensão da concentração, consolidação e aglomeração de atividades econômicas, bem como sua distribuição irregular pelas e nas regiões. Os problemas desenvolvimento sócio-econômico são também problemas de localização.

Nos países em desenvolvimento, as crises conjunturais, as flutuações cíclicas, (agravadas pelo processo de globalização) impõem como prioridade a estabilidade monetária, ou seja, a adoção de política macroeconômica de curto

prazo em detrimento do planejamento setorial e regional que contemplem políticas e ações de longo prazo.

A região não pode ser analisada, compreendida e transformada em seus aspectos econômicos, sociais, políticos e institucionais separadamente do contexto nacional (FERREIRA, 1989); pois existem inter-relações entre o aspecto regional e o nacional, sendo que acontecimentos ocorridos em uma esfera podem, ao mesmo tempo, ser causa e/ou efeito na outra.

“A incidência desigual do desenvolvimento sócio-econômico é estrutural e não pode ser solucionada, apenas, com políticas e medidas estritamente econômicas” (FERREIRA, 1989, p. 58). Observa-se com frequência a tendência de que o crescimento apenas dentro de algum subgrupo, região, enquanto persiste o atraso em outros lugares. Em países em desenvolvimento, podem existir regiões progressistas e atrasadas, convivendo na mesma área (HIRSCHMAN, 1977).

Nestes países, torna-se fundamental o papel do Estado, notadamente na provisão de infra-estrutura e serviços públicos, uma vez que estes constituem importantes fatores de estruturação dinâmica. Tal intervenção normalmente apresenta melhores resultados se efetivada através de políticas regionais diretas, todavia, pode ser também efeitos indiretos benéficos de medidas econômicas, políticas, sociais tomadas em âmbito nacional (DINIZ, 1993).

2.1 Região e Polarização

Segundo FERREIRA (1989), a análise regional trata das relações estruturais complexas intra e inter regiões, tendo como unidade básica um conjunto contínuo e contíguo de pontos do espaço geográfico que se denomina região.

Do ponto de vista geográfico, a região é uma entidade natural e humana elementar; do ponto de vista sociológico, é um conjunto de traços culturais semelhantes; do ponto de vista econômico há várias definições de região, sendo a divisão de Perroux, a mais conhecida (FERREIRA, 1989): região homogênea, região polarizada ou nodal, região de planejamento.

É importante observar que o conceito de região deve ser dinâmico, pois suas estruturas internas se modificam ao logo do tempo, alterando suas configurações no espaço geográfico em função de mudanças no sistema ou conjunto de regiões interdependentes de um dado espaço (FERREIRA, 1989). A globalização torna as regiões crescentemente mais complexas. São elas que constituem o suporte e a condição de relações globais que de outra forma não se realizariam. (SANTOS, 1996)

As regiões se especializam, em função de suas dotações naturais, seu domínio tecnológico, de suas vantagens de ordem social, política e institucional. A competição existente intra e inter-regionalmente não é apenas pela atração da produção, mas também pela atração de consumidores (SANTOS, 1996). Essa especialização e competição tende a criar poucas regiões com as condições dinâmicas exigidas para o crescimento e desenvolvimento econômico. Tais locais tornam-se pólos ou centros, aglutinando ao seu redor outras regiões.

Pode-se afirmar que os problemas regionais nascem de disparidades provocadas pela difusão desigual do processo de crescimento no conjunto do espaço econômico nacional. Conforme HIRSCHMAN (1977, p. 35)

o progresso econômico não ocorre ao mesmo tempo em toda parte e, uma vez ocorrido, forças poderosas provocam concentração espacial do crescimento econômico, em torno do ponto onde o processo se inicia. O

crescimento geralmente pode ser transmitido de uma região ou país, para outro.

Tais forças estão relacionadas com fenômenos econômicos, sociais, políticos e institucionais que ocorrem na região, sendo que seu transbordamento é consequência da inter-relação e subordinação de tais fenômenos com outras regiões.

Para atingir níveis de renda mais elevados, uma economia precisa e desenvolverá centros regionais economicamente fortes. Esta necessidade do surgimento de “pólos de crescimento” durante o processo de desenvolvimento ocorre em função das desigualdades, tanto internacionais quanto inter-regionais de crescimento, inerentes ao próprio processo de crescimento (HIRSCHMAN, 1977).

Os pólos de crescimento são constituídos por focos onde se concentram as atividades econômicas, sociais, políticas e administrativas, inter-relacionados com outros pontos do espaço em uma relação de dominação – ou seja, os pontos dominantes de maior concentração de atividades impõem regras e extraem benefícios dos demais. Os efeitos benéficos da polarização são transmitidos para as outras regiões quanto maior for a complementaridade entre elas.

3 O PAPEL DO ESTADO

A economia brasileira pós-1930 não pode ser entendida sem considerar a importância dos investimentos feitos diretamente pelo Estado, devido à incapacidade da burguesia brasileira em assumir esta tarefa. Além disso, a ideologia de segurança nacional foi outro argumento para pesados investimentos públicos em setores considerados estratégicos. Na Década de 70, as empresas estatais federais realizaram elevados investimentos nas chamadas indústrias de base: aço, petróleo, fosfato, potássio, papel, petroquímica, carvão, mineração, titânio, cloroquímica entre outros.

Além dos investimentos diretos na produção, o Estado implantou a maior parte da infra-estrutura, criou diversos incentivos fiscais, tributários, creditícios e cambiais que foram fundamentais para moldar as condições de desenvolvimento regional recente da economia brasileira (PACHECO, 1996).

Nas décadas de 60 e 70, o Estado foi responsável por 60% do investimento da economia brasileira. A decisão locacional de tais investimentos em muitos casos foi tomada por critérios políticos. A maioria desses investimentos foi realizada fora do estado de São Paulo, contribuindo para a desconcentração relativa da indústria (DINIZ, 1993).

Nos anos 80, a crise da economia brasileira em função dos choques do petróleo impôs que o setor público realizasse um forte ajuste fiscal para enfrentar a crise, restringindo a formulação de políticas de desenvolvimento, seja pelo menor investimento em infra-estrutura, ou pela drástica redução dos incentivos fiscais. A partir daí, o Estado perde sua capacidade de coordenação, existindo uma dissociação entre os investimentos públicos e privados (PACHECO, 1996).

Segundo GALVÃO e BRANDÃO (2003) as políticas regionais tradicionais e seus instrumentos foram ínfimas nas últimas duas décadas, o mesmo ocorreu com outras políticas ativas de Estado. Diferentemente do período do governo militar, quando o planejamento governamental atingiu seu auge, com as facilidades proporcionadas pelo autoritarismo da época, para a implementação de políticas tipo “*top down*”, ou seja, de cima para baixo, decididas e adotadas da maior para a menor esfera de poder.

Para SANTOS (1996), com o advento da globalização (produtiva e financeira), o surgimento de organizações e firmas multinacionais realçou o papel do Estado, tornando-o mais indispensável do que antes. O Estado ainda possui a capacidade para alavancar ou inibir a integração global ou nacional. Atualmente, as normas ditadas por organismos supranacionais e pelo mercado restringem a autonomia das políticas públicas.

Segundo PACHECO (1996) a experiência internacional demonstra que as disparidades regionais num quadro de globalização requerem uma ação estatal ainda mais efetiva, sobretudo nos gastos com infra-estrutura, uma vez que tais gastos são inimagináveis de serem legados ao setor privado.

3.1 Políticas Públicas e Planejamento

Segundo BRANDÃO (2007), as políticas públicas devem ter como objetivo o fortalecimento das potencialidades, a integração e coesão produtiva, social, cultural, política, e econômica das regiões. Buscando assim, melhorar as condições dos atores mais destituídos e marginalizados de determinado território.

O diagnóstico de natureza territorial deve explicitar os conflitos e compromissos postos, posicionar a região ou a localidade em uma escala: mesorregional, estadual, nacional, etc.; identificar sua complementaridade econômica, estudar os processos econômicos e as relações conjunturais e estruturais entre as regiões.

Os instrumentos de intervenção estatal sobre uma região podem estar em uma escala, mas ter sua determinação em outra escala espacial, arena política, nível de governo ou instância de poder. Assim, as políticas públicas regionalizadas precisam articular devidamente escalas, arenas, níveis e instâncias que se encontram os problemas, bem como a interação entre decisões e as estruturas envolvidas. Desse modo, as ações estatais apresentam melhores resultados (BRANDÃO, 2007).

No Brasil, as ações governamentais são regidas pela Constituição Federal de 1988, notadamente sob a forma da obrigatoriedade de coerência e inter-relação entre o PPA, a LDO e a LOA. Plano Plurianual (PPA) estabelece diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal por um prazo de quatro anos, iniciando no segundo ano de um mandato até o primeiro ano do mandato seguinte do presidente da república. No PPA são definidos quais os investimentos mais importantes a serem realizados pelo Governo Federal. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) é lei que define as metas e prioridades a administração pública federal, incluindo as despesas de capital para o exercício financeiro subsequente, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA), dispõe sobre as alterações na legislação tributária e estabelece a política de aplicação das agências financeiras oficiais de fomento. A Lei Orçamentária Anual é o orçamento propriamente dito; busca concretizar os objetivos e metas propostas no PPA, segundo as diretrizes estabelecidas na LDO. Engloba Orçamento Fiscal, Orçamento da Seguridade Social e o Orçamento de Investimentos das Empresas Estatais (CF de 1988).

Um desdobramento específico desse modelo de planejamento da ação do Estado apresentado acima é a Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), gerida pelo Ministério da Integração Regional. A PNDR ocupa-se das profundas desigualdades de nível de vida e de oportunidades de desenvolvimento entre regiões do País (PNDR, 2007).

No âmbito do governo federal, várias ações estão se estruturando para combater as desigualdades regionais, buscando aproximação ao território. Incluem desde o desenvolvimento rural e a irrigação até o apoio a arranjos produtivos locais, a sistemas locais de inovação e aos empreendimentos exportadores. São ações com perspectivas distintas, porém complementares, à estratégia de valorização da diversidade regional brasileira, com desdobramentos que abrangem dimensões capazes de servir de base a um desenvolvimento incluyente e sustentável.

A PNDR constitui parte da estratégia de desenvolvimento do Brasil, mostrando a importância dada ao tema regional no desenvolvimento. Parece ser coerente com PPA 2004-2007, sendo que a redução das desigualdades regionais brasileiras é um dos grandes objetivos do mesmo.

As desigualdades regionais sociais e econômicas que caracterizam a sociedade brasileira são distorções que se agravaram com o início da industrialização do País, em meados do século XX. No Brasil, as desigualdades regionais constituem um fator de entrave ao processo de desenvolvimento.

O aumento de tais desigualdades prejudicará o crescimento de todo o país, devido principalmente ao baixo nível de renda das regiões atrasadas. Quando os efeitos ruins da polarização são maiores que os benéficos, a intervenção do Estado faz-se necessária, para corrigir ou atenuar tais diferenças. Isso é feito com a adoção de políticas deliberadas em favor do aproveitamento das potencialidades das regiões atrasadas (HIRSCHMAN, 1977).

A PNDR reconhece as desigualdades regionais em múltiplas escalas de intervenção e orienta políticas e programas que promovam o desenvolvimento territorial. A visão tradicional via as regiões de forma homogênea, não reconhecendo as dinâmicas sub-regionais diversas em todas as macrorregiões, nem a necessidade de coordenação de ações, com os entes federados e com a sociedade civil, em todos os níveis.

A ação da Política não se limita à alocação equitativa de recursos de origem federal nos territórios. A PNDR dividiu as regiões pelo cruzamento do rendimento médio domiciliar e o crescimento do PIB per capita, ou seja, uma variável estática e outra dinâmica, observada nos anos 90. A divisão resultante segue abaixo¹:

- Microrregiões de ALTA RENDA, compreendidas nas Regiões Sul e Sudeste e também no Centro Oeste.
- Microrregiões DINÂMICAS, localizadas no Centro-Oeste e Nordeste, onde cobrem vastas extensões territoriais.
- Microrregiões ESTAGNADAS, sua espacialização mostra uma dispersão por todo território nacional, embora predominem nas regiões Sul e Sudeste, com importante presença em parte do Centro-Oeste.
- Microrregiões de BAIXA RENDA, concentradas no Norte e Nordeste combinam situações de pobreza e debilidade da base econômica regional.

A ação política busca articular políticas setoriais para regiões e sub-regiões, sobretudo as de baixa renda, estagnadas e com dinamismo recente, segundo a tipologia proposta acima.

3.2 Investimento Público

A alocação regional dos investimentos públicos é uma forma direta pela qual a política econômica influencia o crescimento das regiões. A distribuição desses

¹ Fonte: Política Nacional de Desenvolvimento Regional, 2007.

recursos pode ser feita por três padrões básicos: dispersão, concentração em áreas de crescimento e tentativas de promoção do desenvolvimento de áreas atrasadas. Nos países subdesenvolvidos, os governos buscam a dispersão dos fundos entre numerosos projetos de menor escala, espalhados por todo o território nacional (HIRSCHMAN, 1977).

O padrão de dispersão é caracterizado pela distribuição dos investimentos de forma ampla pelo território. Geralmente, trata-se da elaboração de uma grande quantidade de pequenos projetos, mais utilizado nos países em desenvolvimento, devido à menor capacidade tecnológica e de planejamento requerida do governo.

Embora o Brasil seja considerado um país em desenvolvimento, o governo possui a habilitação exigida para usar o padrão de dispersão com projetos de escalas maiores como usinas elétricas, transportes ou de indústrias de base. São exemplos disso os Planos Nacionais de Desenvolvimento (PND's) nos anos 70 e mais recentemente o próprio PAC.

O padrão de desenvolvimento concentrado em áreas de crescimento espontâneo é aquele em que os recursos públicos são aplicados para solucionar problemas relacionados à energia elétrica, abastecimento de água, habitação transportes, entre outros, nas regiões com crescimento repentino e vigoroso. O fato de o investimento público ser exigido em função das necessidades da região faz com ele tenha um caráter "induzido" e não autônomo (HIRSCHMAN, 1977). O que Howells (2005) denomina de políticas tipo *bottom-up*, ou seja, a ação estatal é exigida pela região, de baixo para cima, da esfera menor para a de maior poder.

A tentativa de promoção do desenvolvimento de áreas atrasadas é o padrão de alocação dos investimentos públicos que ocorre de forma residual. Quando os investimentos necessários às regiões de crescimento espontâneo foram realizados, o governo dispõe, então, de recurso para investir nas regiões menos desenvolvidas, buscando torná-las dinâmicas (HIRSCHMAN, 1977).

As políticas de investimentos públicos são uma tentativa de impedir que a diferença entre regiões dinâmicas e atrasadas aumentem.

"A tarefa essencial do governo é criar nas regiões atrasadas atividades econômicas, com dinâmicas próprias que tenham efeito multiplicador e/ou de transbordamento sobre as demais" (HIRSCHMAN, 1977, p.46). Para tanto, é necessário também que o Estado consiga articular os instrumentos federais e estaduais com as instituições locais de cada região (Diniz et alii, 2004). Nas palavras de HIRSCHMAN (1977, P. 42)

As decisões de investimentos públicos são influenciadas de forma preponderante por razões políticas. Como todos os governos independentemente de ostentar ou não um caráter democrático, querem e precisam de apoio de todas as regiões do país, sendo este, o motivo para uma forte tendência em dispersar por toda parte, os esforços de investimento.

4 O PROGRAMA DE ACELERAÇÃO DO CRESCIMENTO

O Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) anunciado pelo Governo Federal em 22/01/2007 tem por finalidade alavancar o crescimento global da economia brasileira. Visa através da promoção de investimentos em infra-estrutura eliminar gargalos, estimular investimentos privados e reduzir as desigualdades regionais e sociais. Também abrange ações para ampliação do crédito, incentivos fiscais, aumento na qualidade do gasto público e melhoria da gestão governamental.

Resgata a visão e o planejamento de longo prazo, buscando melhorar o ambiente de investimentos, mantendo a previsibilidade, estabilidade e regras mais claras para a realização de investimentos (DIEESE, 2007).

Desse modo, o crescimento volta a fazer parte da agenda, depois de ausente, na maior parte das últimas décadas, em virtude da política econômica estar dominada pelos objetivos de ajuste e estabilidade macroeconômicos. Salvo raras exceções como programa Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento que recolocou no PPA, o debate sobre a espacialidade do desenvolvimento brasileiro (GALVÃO e BRANDÃO, 2003).

O PAC não pode ser entendido como um plano de desenvolvimento do país (como o Plano Nacional de Desenvolvimento – PND), pois se restringe a um conjunto de medidas sem articulação com outras áreas. Por outro lado, também não é um programa de governo, pois este último é mais amplo, sendo que as políticas públicas são implementadas por diversos ministérios, órgãos públicos e empresas estatais. O PAC constitui um conjunto articulado de medidas na área econômica, através das quais o governo estabelece metas para o crescimento (DIEESE, 2007).

O PAC visa retomar o papel do Estado como direcionador dos investimentos e, conseqüentemente do crescimento econômico do País. Porém, é evidente a limitação deste papel, frente à política de juros altos que têm grande influência sobre a dívida pública e a taxa de câmbio, reduzindo o investimento público e desestimulando o privado. Mesmo assim, as medidas propostas pelo programa podem significar algum distanciamento do pensamento hegemônico neoliberal que defende a maior eficiência do livre mercado na alocação dos investimentos (DIEESE, 2007).

Os investimentos do PAC estão previstos para o período 2007-2010, e estão organizados em três grandes áreas: Logística, envolve a construção e ampliação de rodovias, ferrovias, portos, aeroportos e hidrovias; Energia corresponde à geração e transmissão de energia elétrica, produção, exploração e transporte de petróleo, gás natural e combustíveis renováveis; Área Social e Urbana engloba saneamento, habitação, metrô, trens urbanos, universalização do programa Luz para Todos e recursos hídricos. Os investimentos previstos para Logística perfazem R\$ 58,3 bilhões; Energia, R\$ 274,8 bilhões e para a Social e Urbana, R\$ 170,8 bilhões, totalizando R\$ 503,9 bilhões em investimentos públicos e privados (PAC, Nota à Imprensa).

TABELA 1 – PREVISÃO DE INVESTIMENTO EM INFRA-ESTRUTURAS - 2007-2010

Em R\$ bilhões

Eixos	2007	2008-2010	Total
Logística	13,4	44,9	58,3
Energética	55,0	219,8	274,8
Social e Urbana	43,6	127,2	170,8
Total	112,0	391,9	503,9

Fonte: PAC - Nota à Imprensa

Na realização dos investimentos optou-se por recuperar a infra-estrutura existente, concluir projetos em andamentos e só depois buscar novos projetos com potenciais efeitos multiplicadores para o desenvolvimento econômico e social; também é de fundamental importância que tais projetos tenham forte sinergia entre si. Esta opção é justificada pela maior rapidez na obtenção dos resultados.

O Governo Federal pretende utilizar as obras de infra-estrutura como uma ferramenta de universalização dos benefícios econômicos e sociais para todas as regiões do País. A prioridade é estimular a eficiência produtiva dos principais

setores econômicos, impulsionar a modernização tecnológica, acelerar o crescimento nas áreas já em expansão, ativar as deprimidas, aumentar a competitividade e integrar o país ao mercado internacional. (PAC, Nota à Imprensa) É importante notar que o PAC guarda coerência tanto com PPA 2004-2007, quanto com a PNDR, no sentido que se constitui em medidas práticas para atingir os objetivos dessas ferramentas de planejamento e gestão do Governo Federal. Embora tal coerência não seja declarada, mas os projetos parecem ter uma ligação significativa.

TABELA 2 – PREVISÃO DE INVESTIMENTO REGIONAL EM INFRA-ESTRUTURA 2007-2010
Em R\$ bilhões

Região	Logística	Energética	Social e Urbana	Total
Norte	6,3	32,7	11,9	50,9
Nordeste	7,4	29,3	43,7	80,4
Sudeste	7,9	80,8	41,8	130,5
Sul	4,5	18,7	14,3	37,5
Centro-Oeste	3,8	11,6	8,7	24,1
Nacional*	28,4	101,7	50,4	180,5
Total	58,3	274,8	170,8	503,9

*Projetos de característica nacional, que não estão localizados em uma única região

Fonte: PAC - Nota à Imprensa

O total de investimento previsto na Tabela 2 indica a intenção do Governo Federal em enfrentar os problemas antigos que há tempos assolam o Nordeste, por outro lado busca “dar fôlego” ao Sudeste, haja vista a grande concentração urbana e os problemas advindos do seu próprio dinamismo.

Os investimentos previstos em **Infra-Estrutura Logística** (transportes) para as regiões estão distribuídos como segue:

TABELA 3 - PREVISÃO TOTAL DE INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA LOGÍSTICA

Modal	2007	2008-2010	Total
Rodovias	8.086	25.352	33.437
Ferrovias	1.666	6.197	7.863
Portos	684	1.979	2.663
Aeroportos	878	2.123	3.001
Hidrovias	280	455	735
Marinha Mercante	1.779	8.802	10.581
Total	13.373	44.907	58.280

Orçamento Geral da União – R\$ 33 bilhões

Financiamento Público (BNDES) – R\$ 17 bilhões

TABELA 4 – OBRAS DE INFRA-ESTRUTURA LOGÍSTICA 2007-2010

MODAL	KM
Rodovias	
Investimento Público	42.090
Recuperação	32.000
Adequação/Duplicação	3.214
Construção	6.876
Investimento Privado	3.247
Ferrovias	2.518
Investimento Público	211
Investimento Privado	2.307

Fonte: PAC - Nota à Imprensa

MODAL	QTDE
Portos	12
Hidrovias	67 Portos 1 Eclusa
Aeroportos	20

TABELA 5 – PREVISÃO DE INVESTIMENTOS REGIONAL EM TRANSPORTE 2007-2010

Em bilhões

Região	Investimento total
Norte	6,2
Nordeste	7,3
Sudeste	6,1
Sul	3,9
Centro-Oeste	3,5
Projetos Especiais	28,4
Total*	55,4

*Não inclui investimentos em Aeroportos

Fonte: PAC - Nota à Imprensa

O investimento em **Portos** é constituído pelo Programa de Dragagem e tem previsão de R\$ 1,1 bilhão. Foi criado também o Programa de Financiamento da **Marinha Mercante**, com recursos na ordem R\$ 10,6 bilhões.

TABELA 6 - FONTES DE RECURSOS PARA AEROPORTOS 2007-2010

Em R\$ Milhões

FONTE	INVESTIMENTO		
	2007	2008-2010	TOTAL
Infraero	305	664	969
Orçamento Geral da União	573	1.459	2.032
TOTAL	878	2.123	3.001

Fonte: PAC - Nota à Imprensa

Os Aeroportos receberão um total de R\$ 3 bi até 2010, haja vista os problemas da aviação civil, notadamente excessiva espera por parte dos passageiros, intenso tráfego aéreo e as recentes tragédias que tiraram a vida de centenas de pessoas. Espera-se com isso, pelo menos evitar novos problemas e atenuar significativamente os já existentes, tendo em vista a crescente demanda de transporte aéreo.

Os investimentos previstos em **Infra-estrutura Energética** (energia elétrica, petróleo e gás natural e combustíveis renováveis) para as regiões estão distribuídos conforme as tabelas abaixo:

TABELA 7 - PREVISÃO TOTAL DE INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA ENERGÉTICA

Programas	Investimentos (R\$ bilhões)			
	2007	2008-2010	TOTAL	Após 2010
Geração de Energia Elétrica	11,5	54,4	65,9	20,7
Transmissão de Energia Elétrica	4,3	8,2	12,5	3,4
Petróleo e Gás natural	35,9	143,1	179,0	138,1
Combustíveis Renováveis	3,3	14,1	17,4	27,0
TOTAL	55,0	219,8	274,8	189,2

Fonte: PAC - Nota à Imprensa

A Tabela 7 mostra que a maior preocupação com petróleo, gás natural, seguida pela geração de energia elétrica, haja vista os problemas recentes com a Bolívia e o “apagão” ocorrido em 2001.

TABELA 8 - PREVISÃO DE INVESTIMENTO REGIONAL EM INFRA-ESTRUTURA ENERGÉTICA 2007-2010

REGIÃO	INVESTIMENTO TOTAL 2007-2010
Norte	32,7
Nordeste	29,3
Sudeste	80,8
Sul	18,7
Centro-Oeste	11,6
Projetos Nacionais	101,7
TOTAL	274,8

Inclui geração e transmissão de energia, petróleo, gás e combustíveis renováveis.
Fonte: PAC - Nota à Imprensa

A meta de geração de energia elétrica até 2010 é 12.386 MW e após 27.420. Por sua vez a construção de linhas de transmissão até 2010 é de 13.286 KM e nos anos seguinte 5.427 Km. O Sudeste, pela sua dinâmica econômica, é a região que está recebendo maior montante de recursos, conforme Tabela 8.

TABELA 9 - INVESTIMENTO EM PETRÓLEO, GÁS NATURAL E COMBUSTÍVEIS RENOVÁVEIS

Ação	Até 2010	Após 2010
Petróleo - Exploração e Produção	93,4	100,2
Refino, Transporte e Petroquímica	45,2	31,7
Gás natural	40,4	6,2
Combustíveis Renováveis	17,4	27,0
TOTAL	196,4	165,1

Fonte: PAC - Nota à Imprensa

Na Tabela acima é importante ressaltar a importância do petróleo como fonte energética R\$ 138,6 bi em até 2010, e R\$ 131,9 bi após 2010, representando 70,57% e 79,93% do total dos investimentos, respectivamente.

A previsão de investimentos em biodiesel totaliza R\$ 1.196 milhões, sendo: R\$ 53 mi no Norte, R\$ 140 mi no Nordeste, R\$ 357 mi no Centro-Oeste, R\$ 316 milhões no Sudeste e R\$ 330 milhões no Sul. Já o etanol terá R\$ 2.984 milhões no Centro-Oeste, R\$ 8.500 milhões no Sudeste e R\$ 628 milhões no Sul. Está previsto ainda um investimento em alcoolduto de R\$ 4.110 milhões na Região Sudeste. (PAC – Nota à Imprensa, 2007)

O PAC visa ampliar o transporte de gás natural por gasoduto, em mais 4.526 Km, sendo 1.183 Km na Região Norte, 1.668 Km no Nordeste e 1.675 no Sudeste, totalizando R\$ 12,5 bilhões até 2010. (PAC – Nota à Imprensa, 2007)

Os investimentos **Infra-Estrutura Social e Urbana** seguem abaixo:

TABELA 10 - PREVISÃO DE INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA SOCIAL E URBANA 2007-2010

ÁREA	Investimentos (R\$ bilhões)		
	2007	2008-2010	TOTAL
Luz para Todos	4,3	4,4	8,7
Saneamento	8,8	31,2	40
Habitação	27,5	78,8	106,3
Metrô	0,7	2,4	3,1
Recursos Hídricos	2,3	10,4	12,7
TOTAL	43,6	127,2	170,8

OGU Fiscal: R\$ 34 bilhões (sem Luz Para Todos)

Financiamento Público (FGTS - FAT e BNDES): R\$ 65,5 bilhões

Fonte: PAC - Nota à Imprensa

TABELA 11 - PREVISÃO DE INVESTIMENTOS REGIONAL EM INFRA-ESTRUTURA SOCIAL E URBANA 2007-2010

REGIÃO	TOTAL
Norte	11,9
Nordeste	43,7
Sudeste	41,8
Sul	14,3
Centro-Oeste	8,7
Nacional - SBPE	50,4
TOTAL	170,8

SBPE - Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo

Fonte: PAC - Nota à Imprensa

A Tabela 11 mostra que o PAC concentra recursos nas Nordeste de Sudeste, o que é justificado pela debilidade da primeira e a grande concentração urbana na segunda.

TABELA 12 - PREVISÃO DE ATENDIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA SOCIAL URBANA

PROGRAMA	ATENDIDOS
Luz para Todos	5,2 milhões de pessoas
Saneamento	22,5 milhões de pessoas
Habitação	4 milhões de famílias
Habitação SBPE	600 mil famílias
Recursos Hídricos	23,9 milhões de pessoas
Metrô	609 milhões de pessoas/ano

Fonte: PAC - Nota à Imprensa

TABELA 13 - UNIVERSALIZAÇÃO DE ATENDIMENTO EM ENERGIA ELÉTRICA 2007-2010

REGIÃO	TOTAL (R\$ bilhões)	Pessoas a Atender (milhares)
Norte	2,7	1.620
Nordeste	4,4	2.560
Sudeste	0,8	480
Sul	0,2	125
Centro-Oeste	0,6	365
TOTAL	8,7	5.150

Fonte: PAC - Nota à Imprensa

Com os investimentos, entre 2007-2010, o governo pretende aumentar de 82,3% para 86% os domicílios atendidos com água tratada e, de 48,2% para 55% o total de domicílios atendidos com rede de esgoto; a meta para a destinação adequada do lixo é passar de 36% para 47% dos domicílios.

As fontes para os recursos para o saneamento básico, Tabela 14, serão Orçamento Geral da União, R\$ 12 bilhões, pelo FGTS/FAT R\$, 20 bilhões e pelos Estados e Municípios, R\$ 8 bilhões. (PAC – Nota à Imprensa, 2007)

TABELA 14 - PREVISÃO DE INVESTIMENTO E DOMICÍLIOS ATENDIDOS EM SANEAMENTO BÁSICO REGIONAL – 2007-2010

REGIÃO	INVESTIMENTO TOTAL (R\$ bilhões)	DOMICÍLIOS ATENDIDOS (milhões)
Norte	3,9	2,2
Nordeste	9,6	5,4
Sudeste	15,5	8,7
Sul	7,4	4,2
Centro-Oeste	3,6	2,0
TOTAL	40,0	22,5

Fonte: PAC - Nota à Imprensa

TABELA 15 - PREVISÃO DE INVESTIMENTO E ATENDIMENTO EM HABITAÇÃO, POR REGIÃO - 2007-2010

REGIÃO	MORADIA (R\$ bilhões)	URBANIZAÇÃO DE FAVELA (R\$ bilhões)	TOTAL (R\$ bilhões)	FAMÍLIAS ATENDIDAS (mil)
Norte	3,8	1,1	4,9	313
Nordeste	12,7	3,5	16,2	1070
Sudeste	19,1	4,8	23,9	1.785
Sul	5,3	1,3	6,6	484
Centro-Oeste	3,4	0,9	4,3	308
TOTAL	44,3	11,6	55,9	3.960

Inclui recursos de contrapartida de Estados, municípios e pessoas físicas

Fonte: PAC - Nota à Imprensa

TABELA 16 - FONTES DE RECURSOS PARA A HABITAÇÃO – 2007-2010

FONTE	Em bilhões		
	2007	2008-2010	TOTAL
Orçamento Geral da União	2,6	7,5	10,1
Financiamento Setor Público	1,0	3,0	4,0
Financiamento Pessoa Física	8,8	23,7	32,5
SBPE Poupança	10,5	31,5	42,0
Contrapartida*	4,6	13,1	17,7
TOTAL	27,5	78,8	106,3

*Recursos de Estados, municípios e pessoas físicas
Fonte: PAC - Nota à Imprensa

TABELA 17 - PREVISÃO DE INVESTIMENTOS EM METRÔ – 2007-2010

FONTES	INVESTIMENTO (R\$ milhões)		
	2007	2008-2010	TOTAL
Orçamento Geral da União	535	976	1.511
Financiamento	186	1.430	1.616
TOTAL	721	2.406	3.127

Fonte: PAC - Nota à Imprensa

A previsão de investimento em metrô, período 2007-2010 contemplam obras em Fortaleza/CE, Recife/PE, Salvador/BA, Belo Horizonte/MG e São Paulo/SP. (PAC – Nota à Imprensa, 2007)

TABELA 18 - PREVISÃO TOTAL DE INVESTIMENTOS EM INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA 2007-2010

PROGRAMA	INVESTIMENTO (R\$ milhões)		
	2007	2008-2010	TOTAL
Revitalização de Bacias (São Francisco e Parnaíba)	349	1.226	1.575
Integração da Bacia do São Francisco	837	5.721	6.558
Sistemas de Abastecimento de Água Bruta	486	852	1.338
Projetos de Irrigação	593	2.594	3.187
TOTAL	2.265	10.393	12.658

Financiamento Público - R\$ 980 milhões (70% do investimento privado)
Fonte: PAC - Nota à Imprensa

TABELA 19 - PREVISÃO DE INVESTIMENTOS E ATENDIMENTO EM INFRA-ESTRUTURA HÍDRICA POR REGIÃO – 2007-2010

REGIÃO	INVESTIMENTO TOTAL (R\$ milhões)	POPULAÇÃO ATENDIDA (milhares)
Norte	359	50
Nordeste	11.759	19.712
Sudeste	218	1.408
Sul	151	162
Centro-Oeste	171	2552
TOTAL	12.658	23.884

Fonte: PAC - Nota à Imprensa

A tabela acima demonstra a preocupação do PAC com a questão da seca na Região Nordeste, sendo que os recursos destinados a ela representam 92,89% do total de recursos.

4.1 Considerações sobre o PAC

As medidas do PAC são constituídas de investimentos em infra-estrutura setorial que incluem novas obras e reformas nos sistemas de transporte, energético, que são essenciais para a sustentação da economia a longo prazo. O Programa foca áreas de forte impacto na melhoria das condições de vida da população brasileira, como saneamento básico, habitação e transporte urbano.

O PAC é uma tentativa de responder a uma questão fundamental para economia brasileira: como acelerar e sustentar o crescimento e, simultaneamente, reduzir a pobreza e a desigualdade social, controlando a inflação e desendividando o Estado. Tais objetivos, em muitos casos, são contraditórios e sua compatibilização é complexa.

Salienta-se que a aplicação de recursos a serem usados no PAC está sendo superestimada pela equipe do Ministério da Fazenda, o que é comum, pois estas considerarem o efeito multiplicador de suas políticas fiscais sobre a demanda agregada. Porém, supor um efeito multiplicador de 100% sobre os investimentos privados na economia brasileira é irreal e exagerado (MARTINI, 2007).

Para SICSÚ, diretor de estudos macroeconômicos do IPEA, a atual taxa de juros eleva a dívida pública e atrapalha o crescimento, pois reduz a disponibilidade de recursos para investimento público. Ele ressalta que entre 2003 e 2006, foram gastos cerca de R\$ 600 bilhões com o pagamento de juros (que não geram bem estar social), este valor é mais que os investimentos previstos pelo PAC. Sendo assim, o Banco Central precisa incorporar o objetivo de crescimento econômico, caso contrário, o PAC ficará comprometido.

O sucesso do PAC depende de uma coordenação técnica e política firme e bem estruturada, dado o caráter concentrado na esfera federal da execução dos investimentos. Isso não é fácil para se fazer, uma vez que estão envolvidas áreas complexas e autônomas da Administração Pública e do setor privado.

Em relação ao programa Eixos Nacionais de Desenvolvimento, o PAC apresenta uma maior preocupação com a integração e desenvolvimento das regiões, incluindo além de transporte, energia e de incluir investimentos em áreas sociais (habitação, transporte urbano, saneamento). Segundo GALVÃO e BRANDÃO (2003), o programa “Eixos” pretendia apenas montar uma eficiente malha logística de corredores de exportação das produções regionais já existentes, em cada região-eixo, integrando-o apenas aos mercados internacionais de *commodities*, e não a outras porções do território nacional. Os investimentos voltados aos “corredores de exportação” beneficiaram em sua maior parte, a regiões que já eram dinâmicas, aumentando as desigualdades regionais.

Considerava que o efeito multiplicador, através do mercado, conseguiria beneficiar e desenvolver as demais regiões. Tal pressuposto é consequência da política neoliberal adota pelo governo desde o início da década de 90.

Os “Eixos” negligenciaram a articulação e a dinâmica das questões urbanas, sociais e ambientais. Sendo assim, ao menos em teoria, o PAC parece ter uma concepção mais abrangente de crescimento e desenvolvimento, além de considerar, ao menos em partes, a questão regional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A teoria econômica regional clássica se ocupava do estudo das questões de distâncias, custo de transporte, localização, concentração e aglomeração das atividades econômicas. Atualmente abrange também questões referentes ao comportamento político, hábitos e preferências dos consumidores, costumes, religião, padrão de governo e legislação. Estes fatores são essenciais para o planejamento e ação estatal.

Em uma definição mais genérica, região é um conjunto contínuo e contíguo de pontos do espaço geográfico. Do ponto de vista econômico, as regiões são usualmente classificadas, segundo Perroux, em homogênea, polarizada e de planejamento. Entretanto, o conceito de região deve ser dinâmico, pois suas estruturas se alteram ao longo do tempo, conforme acontecimentos econômicos, políticos e sociais. A globalização acelerou as modificações regionais, tornando-as mais complexas.

Existe uma tendência que o progresso se concentre em algumas regiões, enquanto outras permanecem atrasadas. Isto é consequência da especialização regional. Essa especialização tende a criar pólos de crescimento, aglutinando ao seu redor outras regiões.

A dinâmica do pólo é dada pela existência de infra-estrutura, relações sociais e empresariais intensas que ampliam o potencial das regiões ao seu redor, pela existência de economias de aglomeração.

Existem situações que os efeitos positivos da polarização acontecem, mas as regiões polarizadas não têm condições de se beneficiar. Então, torna-se fundamental o papel do Estado, provendo infra-estrutura e serviços públicos, pois estes são fatores importantes para dinamizar uma região.

No Brasil, o Estado foi responsável por criar as condições para a industrialização e o consequente desenvolvimento do país a partir de 1930, notadamente investimento em indústria básica. Os setores que receberam os investimentos estatais foram aço, petróleo, fosfato, potássio, papel, petroquímica, carvão, mineração. A ação estatal incluía ainda, incentivos fiscais, creditícios e cambiais.

A decisão locacional de tais investimentos em muitos casos foi tomada por critérios políticos, o que influenciou na desconcentração das atividades econômicas. Entretanto, os choques do petróleo, lançaram a economia brasileira numa crise, que durou toda década de 80. Isto prejudicou a capacidade de intervenção do Estado, devido à política recessiva adotada para ajustar a economia.

A globalização produtiva e financeira reforçou o papel do Estado, pois apenas o livre funcionamento do mercado não consegue trazer desenvolvimento para países ou regiões de forma equitativa. As disparidades regionais frente à globalização exigem uma ação estatal mais efetiva, principalmente nos gastos em infra-estrutura.

O planejamento governamental no Brasil é primeiro regido pela Constituição Federal de 1988, notadamente pela obrigatoriedade de coerência e inter-relação entre o Plano Plurianual (PPA), a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) e a Lei Orçamentária Anual (LOA).

A Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), gerida pelo Ministério da Integração Nacional, é a materialização mais clara do planejamento da ação do Estado. Objetiva combater as grandes desigualdades sociais e econômicas de entre as regiões, reconhecendo as múltiplas escalas de intervenção e orientando

políticas e programas que promovam o desenvolvimento e a integração territorial. Articulando políticas setoriais para regiões e sub-regiões prioritárias, sobretudo as de baixa renda, estagnadas e com dinamismo recente. A PNDR é coerente com PPA 2004-2007, embora não coloque isso de forma clara.

A alocação regional dos investimentos públicos é a forma direta de influenciar o crescimento das diversas regiões de um país. A distribuição desses recursos pode ser feita por: dispersão, concentração em áreas de crescimento e tentativas de promoção do desenvolvimento de áreas atrasadas. Assim, o papel dos investimentos públicos é criar nas regiões atrasadas atividades econômicas, com dinâmicas próprias que tenham efeito multiplicador e/ou de transbordamento sobre as demais. Os governos procuram dispersar tais investimentos por todas as regiões, visando evitar grandes pressões políticas. Isto é confirmado tanto pelos objetivos da PNDR, quanto pelos projetos apresentados pelo PAC.

A ação mais recente do governo, em termos investimentos foi o anúncio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O programa busca eliminar os gargalos da economia, através da realização de obras de infra-estrutura nas áreas de Logística (R\$ 58,3 bilhões), Energia (R\$ 274,8 bilhões), e Social e Urbana (R\$ 170,8 bilhões), totalizando R\$ 503 bilhões, no período 2007-2010. Buscando incentivar o investimento produtivo privado, gerar emprego e renda e reduzir as desigualdades regionais e sociais; e desse modo, reduzir o chamado “Custo Brasil”. Além disso, o Programa atende áreas de melhoria das condições de vida da população brasileira, como saneamento básico, habitação e transporte urbano.

O PAC constitui um conjunto articulado de medidas nas áreas econômicas e social-urbana, através das quais o governo estabelece metas para o crescimento e melhoria das condições de vida dos centros urbanos. O Estado tenta retomar seu papel de indutor dos investimentos e do crescimento econômico do país. Papel este perdido nos anos 80 em função da crise pela qual a economia atravessou.

As altas taxas de juros elevam a dívida pública, restringindo a ação do Estado, pois reduz o investimento público e conseqüentemente o privado. Ainda assim, podemos considerar que existe uma evolução, no sentido de que a intervenção feita PAC, quebra em a parte a hegemonia neoliberal, vigente até então.

Desse modo, o crescimento está novamente em pauta, depois de estar ausente por longo período, pois a política econômica tinha como objetivo primordial a estabilidade monetária. Mesmo os Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento que recolocaram no PPA, o debate sobre a espacialidade do desenvolvimento brasileiro, foram pensados dentro da referida perspectiva econômica.

Os Eixos Nacionais buscavam apenas montar uma eficiente malha logística para integrar as regiões produtoras *commodities* ao mercado internacional. Não existia preocupação de integrar as demais regiões. Não havia preocupação com articulação e integração regional, o mercado faria com que os efeitos positivos das regiões dinâmicas transbordassem para as demais.

O sucesso do PAC exige que exista articulação entre os objetivos propostos e a política econômica. Caso o Banco Central não compatibilize a taxa de juros com o objetivo do crescimento, o programa ficará comprometido. Tal situação é notória, pois alguns dias após o anúncio do PAC o BACEN elevou a taxa de juros.

O valor dos investimentos do PAC não impressiona, pois a necessidade é muito maior que os R\$ 503 bilhões anunciados; mesmo porque parte desse total vem em forma de parceria com a iniciativa privada e outra supõe o efeito multiplicador do gasto público sobre o investimento privado. Então, é preciso

cuidado com o discurso governamental, que faz parecer que total dos investimentos sairá dos cofres públicos. Outro fator que influenciará os recursos para previstos pelo PAC é o fim da Contribuição Provisória sobre Movimentação financeira (CPMF), pois o Governo precisará rever suas contas.

Certamente, o PAC não contempla todos os gargalos da economia brasileira, como era o desejo de todos os brasileiros. Porém, transporte e energia são historicamente problemas graves, que se resolvidos mesmo parcialmente tem forte efeito positivo tanto no curto quanto no longo a prazo. O fato de o PAC prever investimentos na área social e urbana é um grande avanço, pois isso não é comum de acontecer em planos de crescimento econômico. Tais investimentos melhoram as condições de vida da população, afetando positivamente de forma indireta a economia.

Em sentido geral, o Programa de Aceleração do Crescimento representa uma evolução do Governo Lula, deixando um pouco de lado a excessiva ortodoxia adota no primeiro mandato. Além disso, é fundamental a perspectiva de se ter novamente um planejamento governamental que oriente a economia, gerando crescimento, desenvolvimento, emprego e renda. Como já é sabido, ao contrário do que teoriza a corrente neoliberal, o livre funcionamento do mercado não gera os benefícios que apregoa, tornando necessária a ação do Estado para reduzir as desigualdades regionais e ampliar o bem estar da população.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BNDES. Por que o PAC vai aumentar o investimento. Visão do Desenvolvimento – BNDES. Disponível no sítio www.bndes.gov.br/visão em 17/11/2007.

BORGES, Altamiro. Banco Central sabota o PAC. Disponível no sítio www.ipea.gov.br em 20/11/2007.

BRAGA, Gilberto. O PAC e o cenário econômico de 2007. Disponível no sítio www.sidneyrezende.com em 19/11/2007.

BRANDÃO, Carlos. Territórios com classes sociais, conflitos, decisão e poder. In: ORTEGA, A.C. e ALMEIDA FILHO, N. Desenvolvimento Territorial, Segurança Alimentar e Economia Solidária. Campinas, Editora Alínea, 2007.

CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL. Brasília, 1988.

DIEESE. Principais Aspectos do Programa de Aceleração do Crescimento. Nota Técnica Número 41, Janeiro/2007 - DIEESE. Disponível no sítio www.dieese.gov.br em 20/11/2007.

DINIZ, Clélio Campolina. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem desconcentração, nem contínua polarização. Nova Economia. Belo Horizonte, v. 3, n 1, Setembro, p. 35-64, 1993;

DINIZ, Clélio Campolina; SANTOS, Fabiana; e CROCCO, Marco. Conhecimento, Inovação e Desenvolvimento Regional/Local. Ministério da Integração, 2004.

FERREIRA, Carlos Maurício. Espaço, Região e Economia Regional. In: HADDAD, Paulo. Economia Regional: Teorias e Métodos de Análise. Fortaleza: BNB/ETENE, p. 45-65, 1989;

GALVÃO, A.C.F. e BRANDÃO, C.A. Fundamentos, motivações e limitações da proposta dos “Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento. In: GONÇALVES, M.F., BRANDÃO,

C.A. e GALVÃO, A.C.F., Regiões e cidades, cidades nas regiões. O desafio urbano-regional. Ed. Unesp, São Paulo, 2003.

GOVERNO FEDERAL. Programa de Aceleração do Crescimento. Nota à Imprensa. Brasília, 2007. Disponível no sítio www.presidencia.gov.br em 19/11/2007.

HIRSCHMAN, A. Transmissão Inter-regional do Crescimento Econômico. In: SCHWARTZMAN, S. (Org.). Economia Regional: Textos Escolhidos. Belo Horizonte, CEDEPLAR, 1977. (cap. 2)

HOWELLS, J. Innovation and regional economic development: A matter of perspective? In: Research Policy, Volume 34, Issue 8, October 2005, pp. 1123-1282.

MARTINI, Ricardo Agostini. Pra Não Dizer que Não Falei do PAC. Disponível no sítio www.economiaemdebate.blogspot.com em 19/11/2007.

PACHECO, Carlos Américo. Desconcentração econômica e fragmentação da economia nacional. In: Revista Economia e Sociedade, Campinas, N. 6, Junho, 1996.

Política Nacional de Desenvolvimento Regional. Ministério da Integração Nacional. Brasília, 2007. Disponível no sítio www.integracao.gov.br/desenvolvimentoregional/pndr

SANTOS, Milton. A Natureza do Espaço: técnica e tempo, razão e emoção. São Paulo: Hucitec, 1996. (cap. 10)

SICSÚ, João. A aposta do governo para dinamizar a economia. Jornal da UFRJ. Rio de Janeiro. Março de 2007, p. 6-7.

SOUZA, Luiz Alberto Gómez. Pensando livremente no PAC. Disponível no sítio www2.fpa.org.br/portal/modules/news/article.php em 19/11/2007.

SOUZA, Nali de Jesus de. Economia Regional: Conceito de Fundamentos Teóricos. Revista *Perspectiva Econômica*. Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Ano XVI, v. 11, n. 32, 1981, p. 67-102. Disponível no sítio www.pucrs.br.

Investimentos em Infra-Estrutura para o Desenvolvimento Econômico e Social. Disponível no sítio www.brasil.gov.br/pac/infra_estrutura/ em 18/11/2007.

Nota sobre o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC. Disponível no sítio www.cbjp.org.br/notas_cbjp/Nota_CBJP_PAC.rtf em 17/11/2007.